



Presidente p.6

Marcelo Rebelo de Sousa partilha "a alegria" da eleição com 52% dos votos



PSD p.9

Governo procura "conquistar votos com medidas simpáticas"

POVO LIVRE



nº 1907

27 de Janeiro de 2016

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

Executivo PS é "um Governo de contra-reforma"



O líder do PSD concedeu uma entrevista ao "Diário de Aveiro"

Pedro Passos Coelho em entrevista ao “Diário de Aveiro”

Executivo PS é “um Governo de contra-reforma”

Diário de Aveiro: O facto de estar agora na oposição implica um novo olhar sobre o país?

Passos Coelho: O PSD não passou a olhar para o país de uma forma diferente por estar agora na oposição. Temos uma visão estratégica, que, numa primeira fase, executámos em circunstâncias muito adversas, que obrigaram a políticas de consolidação orçamental muito fortes. Mas não deixámos de implementar uma estratégia de alteração estrutural que permitiu a recuperação económica, uma abertura maior da nossa economia, um reforço da nossa capacidade competitiva para atrair investimento... Estas reformas não foram concluídas e o PSD vai mantê-las no seu discurso. Representam a visão que temos para futuro.

Mas estar na oposição implica, necessariamente, uma postura diferente...

Uma vez que um governo é que pode executar medidas, na oposição, cabe-nos preparar o programa, que, num futuro próximo, possa constituir um motivo de confiança e de esperança. Não estaremos apenas à espera de que o actual Executivo falhe; teremos de mostrar a nossa visão, que, no essencial, não mudou, mas que, à medida que o tempo vai passando, precisa de ser actualizada e de ser transmitida de uma forma que as pessoas sintam mobilizadora.

Quais são os vectores mais importantes dessas reformas ainda por fazer?

É preciso completar a reforma do Estado. Não quer dizer que ao longo dos últimos anos não tivéssemos feito já bastante em matéria de reforma da administração pública e de reforma de infra-estruturas públicas. Temos hoje uma administração mais célere e equilíbrio nas contas públicas. Os hospitais não têm o mesmo nível de endividamento que tinham há uns anos e as escolas têm um processo de consolidação muito maior. Fizemos uma grande reforma na área da justiça; iniciámos uma reforma muito profunda nas Forças Armadas e na Defesa Nacional. Houve uma evolução muito positiva, mas é



preciso ir ainda mais longe.

De que forma?

Reverendo os procedimentos, tomando as decisões da administração pública mais céleres e mais simples. Conseguindo que a justiça mais ligada às questões económicas possa também inspirar mais confiança e ser mais célere. Para que a sociedade civil, os empresários, as famílias vejam que o Estado não é um inibidor, antes um facilitador da capacidade empreendedora dos portugueses. É o mais importante do ponto de vista estrutural. Mas nunca ninguém pode dizer que uma reforma está terminada, porque os outros países também se vão reformando, havendo uma necessidade contínua de manter um país em condições de competir com as outras economias.

Como analisa a economia portuguesa a partir dessa premissa?

Fizemos progressos significativos. Basta dizer, por exemplo, que Portugal progrediu de uma forma extraordinária no “índice de competitividade” medido pelo Fórum Económico Mundial. Tivemos, ao longo dos últimos anos, uma capacidade exportadora muito mais intensa e conseguimos atrair investimento externo de uma forma que foi significativa. Fizemos uma reforma na área laboral muito importante... Do ponto de vista do chamado “mercado do produto”, temos uma concorrência mais eficaz, temos recursos humanos com um nível de formação mais elevado. Houve reformas que só se iniciaram no ano passado, mas que são muito importantes para o futuro. Por exemplo, a introdução do inglês como disciplina obrigatória ao nível do 3.º ano do ensino básico. Permitirá quase sete anos de ensino obrigatório de inglês, o que vai fazer a diferença na maneira como os jovens portugueses estarão preparados para competir numa economia global e aberta.

Um “estado facilitador” é desejado pelos empresários, mas há opiniões de que a pujança industrial do distrito é mantida não com a ajuda do Estado, mas

“apesar do Estado”, apesar da burocracia, da lentidão da justiça e de outras barreiras... Quer comentar?

Aveiro é um distrito com um potencial empreendedor muito elevado. É dos mais exportadores, estando acima da média nacional. Tem uma dinâmica bem-sucedida na ligação entre a universidade e o mundo das empresas. Em sectores tradicionais, como o calçado e os moldes, soube captar um movimento de transformação ambicioso e muito inovador. Hoje, damos cartas em todo o mundo com indústrias fixadas em Aveiro. Competimos pela qualidade e não apenas pelo preço. Foi um dos distritos que mais reconversão conseguiu realizar, que se reinventou, mesmo nas áreas tradicionais, e que tem sido um exemplo.

Mas concorda com a visão do Estado pouco facilitador?

É verdade que existe também, um bocadinho, a visão de que os empreendedores conseguem mobilizar-se, mas que o Estado ainda é, de certa maneira, um entrave. Há a ideia de que os resultados têm sido alcançados “apesar do Estado” e às vezes até “contra o Estado”. Mas acho que isso não deve confundir-se com o progresso significativo alcançado nos últimos anos. Esse retrato era mais fiel há 10 anos do que agora. Enunciei várias reformas que ajudaram os empresários e posso acrescentar outras, nomeadamente a reforma fiscal, na área do IRC, que, juntamente com outras medidas, ao nível dos custos de contexto, melhoraram muito a perspectiva fiscal para os empreendedores. Só tenho pena que o actual Governo tenha desistido de continuar essa reforma, porque o nosso objectivo era, até 2019, tomar a economia portuguesa como uma daquelas em que a fiscalidade poderia ser mais favorável no quadro europeu. Com uma fiscalidade mais favorável, conseguimos atrair mais investimento. Isso teve consequências no terreno: no distrito houve empresas importantes que se fixaram, como a Bosch e a Teka, que anunciaram intenções de aumentar o seu investimento no curto prazo, trazendo bastante mais emprego para Aveiro.



Esse caminho está a ser abandonado?

Creio que essa tendência se poderia intensificar para o futuro, se o actual Executivo mantivesse a capacidade reformista que abraçámos nos últimos anos. Estou um pouco preocupado, porque os sinais que vamos observando vão ao arrepio destes objectivos. Em vez de estarmos a ir ao encontro dos investidores externos, criando condições de confiança, levando mais longe as alterações estruturais na economia para atrair esse capital, estamos a dar sinais de que queremos reverter as medidas reformistas, o que afasta o interesse dos investidores.

O crescimento da economia implica a aposta na melhoria do produto “made in Portugal”. Um processo que pede investimento em inovação. Como o calçado provou, tal é possível, mas não será um processo demasiado lento, em face da necessidade de criação de emprego, num país com taxa de desemprego elevada?

É um processo lento, de facto. Uma das primeiras coisas para criar confiança entre o sistema político e os cidadãos é olhar para a realidade como ela é, não procurando transmitir às pessoas a ilusão de que as coisas mudam da noite para a dia e de que os resultados se alcançam sem esforço. Foram precisos vários anos de reforma estrutural para, agora, começarmos a colher alguns resultados mais positivos. E se queremos ampliar esses resultados, temos de intensificar esse caminho e não o refrear ou inverter. Por exemplo, no sistema educativo é fundamental trazer mais disciplina, mais estudo, mais exigência na avaliação, visando preparar os jovens para um mundo no qual a exigência é maior, a competição é maior, há necessidade de falar inglês... Tudo isso foi sendo feito gradualmente, sem convulsão dentro da escola. Infelizmente, o processo está agora a ser revertido, pondo em causa os resultados que esperávamos obter ao longo dos anos, nomeadamente ter menos abandono escolar precoce, como conseguimos ao longo destes anos. Os números de 2015, quando forem divulgados, serão muito favoráveis; mostrarão que conseguimos uma aproximação ao objectivo de registar não mais de 10 por cento de abandono escolar precoce em 2020. O nível de melhor preparação dos nossos estudantes poderá ficar em causa se as políticas empreendidas forem revertidas. A ser assim, as nossas empresas terão uma mão-de-obra menos qualificada, menos preparada.

Cada governo promete reformas, mas vão sendo adiadas ou avançam muito lentamente. O país parece ser incapaz de criar “acordos de regime”...

Não estou totalmente de acordo com essa ideia. É verdade que há muitos anos se diz que é preciso haver uma reforma estrutural importante. Também é verdade que entre o que se dizia e o que se fazia, ia uma distância muito grande. Todos os governos falavam de reformar o país, mas não o faziam. Enquanto, nos últimos anos, se saiu do discurso e se passou para a prática. Como é reconhecido internacionalmente, fizemos uma reforma de grande fôlego, que nos trouxe muito mais competitividade, muito melhor regulação e uma concorrência mais eficaz. Aumentou a nossa capacidade de crescer. Durante os primeiros anos do euro, em termos de “PIB per capita”, Portugal cresceu miseravelmente pouco, apesar de termos tido uma abundância de recursos financeiros. Tal deveu-se ao facto de não ser competitivo, por ter investido muito em indústrias e mercados protegidos e não concorrenciais. Uma parte significativa dos problemas que temos nos bancos resulta da crise económica por que passámos, mas também do facto de muitos dos negócios terem ocorrido em ambientes demasiado protegidos, que não ofereceram a rentabilidade que deveriam ter oferecido. Se, durante tantas décadas, o país viveu abaixo daquele que deveria ser o seu potencial de geração de riqueza e se começámos a alterar essas condições nos últimos anos, porque é que agora queremos reverter esse processo?! Não é uma coisa que faça sentido.

Fará sentido para o novo Governo...

Grande parte dessas reformas são importantes independentemente de nos considerarmos mais ao centro-esquerda ou mais à esquerda. Isso deveria ser relativa-



mente indiferente. Para podermos ter sucesso no mundo globalizado, temos de viver de acordo com as regras que existem no mundo. Portanto, se queremos competir sem ser por baixos salários, e por preços baixos, temos de investir na qualificação dos nossos recursos, temos de investir em inovação, temos de ter mais conhecimento aplicado ao processo industrial e empresarial. E isso não se faz sem mais exigência na escola, sem mais critério ao financiar a inovação e a investigação, sem ter a certeza de que esse investimento vai justamente para aqueles que obtêm melhores resultados e não apenas para quem tem mais amigos junto do governo... não se faz sem conseguirmos um sistema financeiro que proteja menos os amigos, mas aposte mais nos méritos dos projectos que lhes são submetidos. Isto deveria ser independente das nossas preferências partidárias; deveria haver um grande acordo de regime.

Porque é que nunca foi possível?

Existe essa miopia dos partidos muitas vezes confundirem os seus interesses mais imediatos com o que deve ser o interesse geral

O facto de o sistema político não favorecer o es-

tabelecimento de maiorias piora as coisas?

Essa é outra questão. Ainda quanto à capacidade para ter acordos de regime, só posso responder pela prática que tive. Procurei esses acordos e consegui até estabelecê-los, enquanto Primeiro-Ministro, não com outros partidos, mas com elementos importantes da sociedade civil. Fosse com as instituições de solidariedade social fosse com os parceiros sociais. Conseguimos um importante acordo de concertação social com base no qual - não tenho qualquer dúvida - conseguimos também iniciar o caminho de recuperação económica. Infelizmente, não foi possível fazê-lo com o PS, apesar de o PS ter colocado no Memorando de Entendimento [assinado com a Troika em 2011] uma parte significativa destas reformas de que o país precisava para se tornar mais competitivo. Tenho pena que isso não tenha acontecido.

Sobre o sistema político...

Creio que tirando períodos muito precisos, o país conseguiu gerar condições de governabilidade. O PSD teve duas maiorias absolutas no passado e isso permitiu-lhe executar um programa com estabilidade. Houve mais recentemente a necessidade do PSD se juntar ao CDS-PP



para poder ter governos com estabilidade e conseguiu-o. Foi a primeira vez nos últimos anos que conseguimos que um governo de coligação cumprisse quatro anos de mandato. Quando colocamos o interesse nacional à frente do discurso partidário, é sempre possível criar condições para ter executivos de legislatura. Espero que o actual possa garantir - como prometeu que ia acontecer - condições de estabilidade para governar. O Dr. António Costa disse que só contribuiria para derrubar o governo que saiu das eleições se tivesse uma maioria duradoura, estável e coesa. Espero que mostre aos portugueses que, com o PCP, Os Verdes, Bloco de Esquerda e PAN tem uma maioria que lhe permite fazer o que é preciso. Depois, é preciso que governe bem. Mas isso é outra coisa e os eleitores ajuizarão.

O actual extremar de posições entre esquerda e direita tomará impossível, ou pelo menos muito difícil, essa convergência?

À esquerda, e em particular no PS, tem havido uma grande dificuldade em mostrar abertura para esse tipo de acordo. O PSD, claramente uma força que se coloca mais ao centro, tem demonstrado uma grande abertura. E até o CDS-PP, que tem estado no centro/centro-direita, é também um partido que se tem empenhado nessas reformas. Se é verdade que há alguma dificuldade, tem-se manifestado mais do lado do Partido Socialista, que tem conhecido uma deriva mais radical. Há uma nova geração no PS que se identifica mais com a linha do Bloco de Esquerda e até do PCP do que era expectável encontrar há uns anos. Há uma mutação em curso do PS, que o tem atirado para posições dogmáticas, que torna mais difícil que os seus governos possam ambicionar ser reformistas, que consigam inspirar confiança aos eleitores, aos agentes económicos e em particular aos investidores externos. Não me parece que o radicalismo de esquerda tenha soluções para os problemas que

temos, que tenha realismo suficiente para proceder aos consensos que a sociedade moderna exige e que tenha capacidade para ir ao encontro das expectativas das pessoas. Enquanto partidos de protesto, os partidos radicais de esquerda podem absorver alguma insatisfação, mas não conseguem projectar esse protesto de uma forma construtiva. Só o conseguem canalizar para acções destrutivas. É isso que já se começa a verificar em Portugal. Não temos um executivo reformista, o Governo do PS é um governo de contra-reforma, que quer atirar o país para um passado anterior ao das alterações estruturais dos últimos anos.

O PS pode ter alguma dificuldade negociai com o BE e PCP na Assembleia da República?

O que me parece é que a nova geração que tem mais predominância na liderança do PS se identifica mais com esses movimentos radicais do que com o passado do Partido Socialista.

Não receia que as mensagens que tentará passar aos portugueses fiquem prejudicadas pela imagem de "Sr. Austeridade" que os seus adversários políticos lhe colaram?

É verdade que, enquanto Primeiro-Ministro, tive de executar um programa muito duro de austeridade. Houve uma razão para isso, não foi por eu ter algum gosto especial por executar medidas dolorosas para os rendimentos das famílias ou das empresas. Foi porque os desequilíbrios acumulados, durante muitos anos, foram muito grandes e por isso foi preciso chamar a Troika e pedir um resgate externo. Aqui não há milagres: se não há dinheiro, e temos de o pedir emprestado, se não somos competitivos e não conseguimos atrair investimento, não podemos deixar de fazer o que é necessário para pôr as contas em ordem e para criar condições para voltar a crescer no futuro.

Isso foi feito e não foi uma política de direita, centro ou esquerda, foi a política necessária. Sei que os portugueses têm noção disso; é evidente que pagarei sempre um preço, podendo ser visto por alguns sectores como alguém associado a uma fase difícil. Mas também posso ficar associado a um resultado muito positivo, que foi não ter lançado pela janela os sacrifícios que todos tivemos de fazer e termos conseguido melhorar o crescimento da economia.



Almeida Santos (1926-2016)

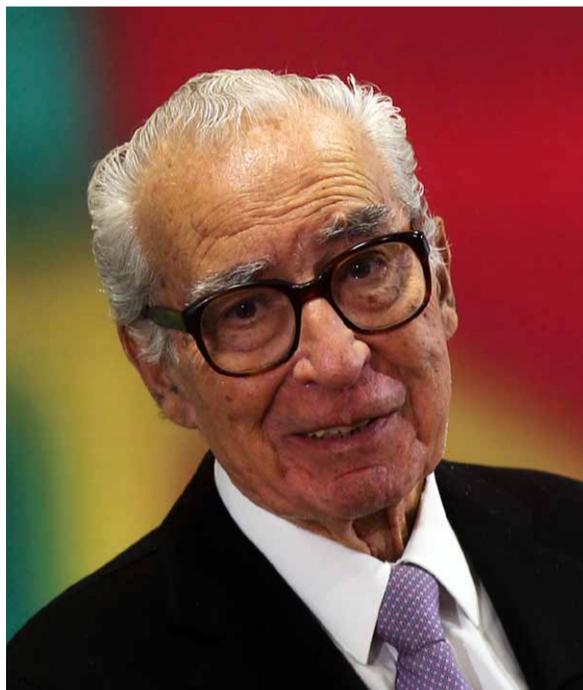
PSD enaltece o “político de grande estatura”

O presidente do PSD recorda Almeida Santos como “um político de grande estatura”, que “deixou uma impressão digital muito específica na construção do sistema democrático” em Portugal. “Este desaparecimento foi um choque”, sublinhou o líder social-democrata, à entrada para a Basílica da Estrela, em Lisboa, onde o corpo do ex-presidente da Assembleia da República e ex-dirigente do PS esteve em câmara ardente.

Pedro Passos Coelho classifica Almeida Santos como “um homem de grande humanismo”, com “uma visão aberta do mundo”, que “deixou muitas lições para serem aproveitadas pelas gerações mais novas”. “Ficamos mais pobres”, salientou o ex-primeiro-ministro, depois de recordar a obra escrita de “um homem de grande inteligência”, que está “patente em todo o legado” que deixou.

O líder parlamentar do PSD lamentou a morte de António Almeida Santos, considerando tratar-se de “uma das figuras mais marcantes” da “implementação e evolução” da democracia portuguesa. “É de facto uma das figuras mais marcantes deste percurso de 40 anos de implementação e evolução da nossa democracia”, afirmou Luís Montenegro, que, numa declaração no Parlamento exprimiu ao PS e à família, em particular à filha, a deputada socialista Maria Antónia Almeida Santos, o pesar do grupo parlamentar do PSD.

Luís Montenegro manifestou “grande respeito por todo o percurso do doutor Almeida Santos”, e, sublinhando estar a falar no Parlamento, realçou as suas “qualidades de orador, de eminente jurista e também o seu trabalho como presidente da Assembleia da República”. “Guardo dele uma imagem de grande serenidade, de grande sabedoria, de grandes competências, de grande isenção no exercício da função de presidente da Assembleia da República, que muito prestigiou e dignificou o parlamento português, a vida pública e a política portuguesa”, declarou.



António Almeida Santos presidiu à Assembleia da República entre nas VII e VIII legislaturas, entre 1995 e 2002. Foi ministro de várias pastas, desde o I Governo Provisório, conselheiro de Estado, presidente da Assembleia da República e presidente do PS, tendo sido um dos mais próximos colaboradores de Mário Soares. Nasceu a 15 de Fevereiro de 1926 em Cabeça (Seia) e licenciou-se em direito na Universidade de Coimbra em 1950. Foi intérprete do canto e da guitarra de Coimbra. Cedo se estabeleceu em Lourenço Marques (actual Maputo), onde, de 1953 a 1974, exerceu advocacia e foi membro do Grupo dos Democratas de Moçambique. Almeida Santos regressou a Portugal após o 25 de Abril de 1974, a convite do então Presidente da República, António de

Spínola, tornando-se num dos protagonistas da política nacional. Como independente, foi ministro da Coordenação Interterritorial dos I, II, III e IV Governos Provisórios e ministro da Comunicação Social do VI Governo Provisório. No I Governo Constitucional (1976-78), liderado pelo seu amigo Mário Soares, foi ministro da Justiça, cargo em que se destacou como um dos principais legisladores do executivo. Enquanto ministro da Justiça, aderiu ao Partido Socialista (PS), no II Congresso deste partido. No II Governo Constitucional foi ministro-adjunto do primeiro-ministro e no VI Governo Constitucional foi ministro de Estado e dos Assuntos Parlamentares. Desempenhou um papel determinante da primeira revisão constitucional em 1982 e, novamente, em 1988-1989. Nesta última, foi eleito vice-presidente da comissão de Revisão Constitucional. Foi eleito Presidente da Assembleia da República nas VII e VIII Legislaturas. Era membro do Conselho de Estado desde 1985. Foi ainda presidente do grupo parlamentar do PS entre 1991 e 1994 e presidente do PS entre 1992 e 2011, sendo substituído por Maria de Belém, que apoiava nestas eleições presidenciais. Ficou, depois dessa data, com o título de Presidente honorário do Partido Socialista. Autor de dezenas de livros, foi distinguido com várias condecorações, designadamente a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade e da Ordem Militar de Cristo. O último acto político do presidente honorário do PS foi o apoio à candidatura presidencial da socialista Maria de Belém, em Coimbra, no dia 17 de Janeiro de 2016. O antigo presidente da Assembleia da República e presidente honorário do PS faleceu em 18 de Janeiro de 2016, com 89 anos, na sua residência, em Oeiras. O presidente honorário do Partido Socialista sentiu-se mal após o jantar. Almeida Santos, que completaria 90 anos a 15 de Fevereiro próximo, foi submetido por duas vezes a cirurgias cardiovasculares. O funeral realizou-se na tarde do dia 20 de Janeiro, no cemitério do Alto de S. João, em Lisboa, onde foi cremado.

Eleições Presidenciais

Pedro Passos Coelho felicita Marcelo Rebelo de Sousa

O presidente do PSD felicitou Marcelo Rebelo de Sousa pela vitória nas eleições presidenciais, afirmando que o resultado dá ao candidato uma “autoridade inequívoca”. Pedro Passos Coelho cumprimentou no Domingo todos os candidatos e felicitou o professor de Direito pela vitória, “como de resto era o desejo do PSD”. O líder social-democrata lembrou que houve um elevado nível de abstenção, mas acrescentou que a vitória à primeira volta de Marcelo Rebelo de Sousa “empresta-lhe uma autoridade inequívoca”.

O presidente do PSD lembrou que o papel de um Presidente da República não é o de sobrepor aos partidos mas estar além deles, bem como de colaboração institucional, e disse ter a certeza de que esse papel será desempenhado por Marcelo Rebelo de Sousa, “de acordo com os princípios do que constitucionalmente cabe a um Presidente da República”.

Pedro Passos Coelho votou cerca das 10h30, em Massamá, no concelho de Sintra, e instou os portugueses a ir às urnas num “acto cheio de relevância política”. “Espero que seja um dia em que os portugueses participem de forma intensa [na votação]. A eleição do chefe de Estado é um acto cheio de relevância política e portanto deve merecer mobilização das pessoas”, afirmou o líder do PSD, depois de votar na Escola Secundária Stuart Carvalhais, em Massamá. Pedro Passos



Coelho foi votar, como de costume, acompanhado pela mulher, e chamou também a atenção para o mandato que se avizinha para o futuro Presidente da República: o papel

do futuro chefe de Estado, advogado, sairá reforçado na “autoridade política” se se registar “uma participação mais elevada dos portugueses”.



20.º Presidente da República

Marcelo Rebelo de Sousa partilha “a alegria” da eleição com 52% dos votos

Marcelo Rebelo de Sousa foi no Domingo, 24 de Janeiro de 2016, eleito Presidente da República, com 52% dos votos, uma percentagem acima dos 50,5% conseguidos na primeira eleição pelo seu antecessor, Cavaco Silva. O resultado do professor de Direito representa 2.410.286 votos num universo de 4.737.273 votantes e de 9.699.000 inscritos (quando faltam apurar ainda 12 consulados e uma freguesia no território nacional). Em 2006, o antecessor, Aníbal Cavaco Silva, foi eleito à primeira volta, com 50,5% dos votos (2.773.431 votos) num total de 5.590.132 votantes, num universo de 9.085.339 inscritos.

Marcelo Rebelo de Sousa venceu em todos os distritos (18 distritos de Portugal Continental e nos arquipélagos dos Açores e Madeira), obtendo no distrito de Viseu a maior percentagem de votos, 62,57%, e a mais baixa em Beja, 31,71%. Em Lisboa, o 20.º Presidente da República conseguiu 49,74% dos votos e no Porto 51,28%. Nos Açores, Marcelo conquistou 58,07% e na Madeira obteve 51,35%. Celorico de Basto, em Braga, Vagos e Oliveira do Bairro, ambos no distrito de Aveiro, foram os três concelhos, onde o próximo Presidente da República conquistou maior percentagem de votos. Em Celorico de Basto, concelho natal da sua avó paterna, Marcelo Rebelo de Sousa conseguiu 81,90% dos votos, seguindo-se o concelho de Vagos (Aveiro), com 78,15%, e Oliveira do Bairro, com 77,40%. A abstenção nas eleições presidenciais foi de 51,16 por cento.

No discurso de vitória, Marcelo Rebelo de Sousa afirmou querer partilhar com todos “a alegria” da sua eleição como Presidente da República, a partir da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, como gesto de reconhecimento pela instituição onde foi aluno e professor. “É natural que queira a partir daqui partilhar com todos a alegria desta eleição e a responsabilidade do mandato que os portugueses acabam de me confiar. É um gesto simbólico de profundo reconhecimento para com esta faculdade”, declarou.

Marcelo Rebelo de Sousa quis “saudar em primeiro lugar o povo português”, acrescentando: “É o povo quem mais ordena, e foi o povo que me quis dar a honra de me eleger Presidente da República de Portugal.” O antigo líder do PSD agradeceu a todos os portugueses que lhe confiaram o voto, mas saudou “com o mesmo espírito” todos os que votaram noutros candidatos: “Todos me merecem o mesmo respeito. Todos fazem parte da pátria que somos, cá dentro e lá fora”.

No início da sua intervenção, Marcelo Rebelo de Sousa explicou a escolha do átrio da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa como o local para esta noite eleitoral. “Fiz questão de me dirigir ao país esta noite a partir da Faculdade de Direito de Lisboa, casa de liberdade, de pluralismo, de abertura de espírito. Não foi uma opção política, foi uma escolha de natureza afectiva. Ao longo de 50 anos, primeiro como aluno e depois como professor, esta casa fez de mim muito daquilo que sou”, justificou.

Marcelo Rebelo de Sousa manifestou ter recebido dos pais e da sua formação inicial “os valores personalistas, a distinção entre o bem e o mal, a preocupação pelo país, o gosto pela simplicidade e o apego aos serviços dos outros”. “A Faculdade de

Direito deu-me quase tudo o resto, e deu-me muito: a convicção da importância da educação e da investigação, a ideia do serviço público, a noção de que o futuro se constrói a aprender, a ensinar, a conviver, a partilhar o conhecimento”.

Marcelo Rebelo de Sousa prometeu ser um Presidente da República “livre e isento” que servirá “todos os portugueses por igual” e, embora saudando os seus antecessores, disse querer ter o seu “próprio estilo”. “Não há vencedores nestas eleições presidenciais. Há portuguesas e portugueses sem excepções nem discriminações. E eu serei a partir de agora o Presidente de todas as portuguesas e de todos os portugueses, porque a Constituição o consagra e porque a minha consciência o dita”, declarou.

Marcelo Rebelo de Sousa saudou os seus oponentes, o actual e os anteriores chefes de Estado e “os grupos de cidadãos, movimentos e partidos” - PSD, CDS-PP e PPM - que o apoiaram ou recomendaram o voto na sua “candidatura independente”, mas reiterou que esses apoios não o condicionam. “Digo hoje o que sempre disse ao longo da minha campanha eleitoral. Agradeço a decisão que tomaram e sublinho o modo como souberam entender o objectivo que sempre tracei numa candidatura





independente: ser um Presidente livre e isento, cujo único compromisso que assume é servir todos os portugueses por igual, sem discriminações nem distinções”, afirmou.

Antes, Marcelo Rebelo de Sousa cumprimentou o Presidente da República cessante, Cavaco Silva, bem como os anteriores presidentes da República, nomeando-os: “Ramalho Eanes, Mário Soares e Jorge Sampaio”. Depois, acrescentou: “Não abdicarei de seguir o meu próprio estilo e de agir de acordo as minhas convicções, mas nunca deixarei de reiterar o respeito que tenho pelos meus antecessores na chefia do Estado e no exercício da superior magistratura da nação”.

O ex-comentador televisivo dirigiu também “um cumprimento muito afectuoso e especial” aos outros candidatos nesta eleição presidencial, reafirmando que nunca os considerou adversários.

Marcelo Rebelo de Sousa votou por volta das 13h00, em Molares, Celorico de Basto, onde teve a surpresa da presença do filho Nuno, que veio do Brasil para estar com o pai no dia das eleições.

Perfil de Marcelo Rebelo de Sousa



Marcelo Nuno Duarte Rebelo de Sousa foi eleito o quinto Presidente da República após o 25 de Abril de 1974 e o 20.º da República Portuguesa. Professor catedrático, jurista, comentador televisivo, político, Marcelo Rebelo de Sousa chega a chefe de Estado, quase 20 anos depois de ter liderado o PSD. Marcelo Rebelo de Sousa anunciou em Celorico de Basto, terra da sua avó Joaquina, a 9 de Outubro, a sua candidatura à Presidência da República por considerar ter de pagar ao país o que dele recebeu e por ter o desprendimento exigido de quem não precisa de “lugares, promoções e popularidades”. Celorico de Basto, no distrito de Braga, foi também o local escolhido para encerrar a campanha eleitoral e foi onde Marcelo Rebelo de Sousa exerceu o direito de voto. “Cumprirei o meu dever moral de pagar a Portugal o que Portugal me deu. Serei candidato à Presidência da República de Portugal”, afirmou a 9 de Outubro, dizendo que de outro modo “sentiria o remorso de ter falhado por omissão”, afirmou no discurso de anúncio da candidatura.

Com dois filhos e cinco netos, Marcelo Rebelo de Sousa nasceu em Lisboa a 12 de Dezembro de 1948, filho de um médico e de uma assistente social. A primeira escola que frequentou foi o Lar da Criança, para onde entrou com apenas ano e meio e teve como colega o cirurgião Alfredo Barroso. Dali, Marcelo Rebelo de Sousa saiu para o Liceu Pedro Nunes. Já na Faculdade de Direito de Lisboa continuou o percurso de aluno brilhante, terminando o curso com 19 valores. Mas, ao contrário de muitos outros, não foi na faculdade que teve o primeiro contacto com a política. Marcelo Rebelo de Sousa nasceu e cresceu no meio dela e conviveu desde cedo com a família do então Presidente do Conselho de Ministros de Portugal, durante o Estado Novo, Marcello Caetano, devido ao envolvimento político do pai, Baltazar Rebelo de Sousa, que foi ministro das Corporações e do Ultramar.

Militante do PSD desde 1974 (é o militante n.º 3), ficou responsável pela expansão do PPD no sul do país. Vinte anos depois, em 1996, no pós-cavaquismo, chegou à liderança do partido, cargo que ocupou durante três anos, saindo depois da tentativa de reeditar a Aliança Democrática, com Paulo Portas no CDS-PP. Pouco tempo antes do congresso de Santa Maria da Feira, quando questionado se algum dia seria candidato à liderança do partido, o ‘professor’ foi peremptório: “Nem que Cristo desça à terra”. Antes, em 1989, o agora candidato presidencial disputou as suas primeiras eleições como número um da lista do PSD e do CDS-PP à Câmara de Lisboa. Além da liderança do PSD e da experiência autárquica, não só em Lisboa, como em Cascais e Celorico de Basto, os “corredores do poder” são bem conhecidos de Marcelo Rebelo de Sousa, que foi deputado à Assembleia Constituinte, secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros do VIII Governo Constitucional, vice-presidente do Partido Popular Europeu entre 1997 e 1999 e membro

do Conselho de Estado há quase 10 anos. Profissionalmente, além da longa carreira como professor catedrático, não só na Faculdade de Direito de Lisboa, mas também na Universidade Católica, Marcelo Rebelo de Sousa passou também pelo “Expresso”, nos tempos iniciais do semanário fundado pelo militante número um do PSD, Francisco Pinto Balsemão. Todos o reconhecem como uma pessoa de grande inteligência, simpático, divertido, emotivo e um estratega político.

PSD vence eleições em S. João da Madeira e em Aguiã (Arcos de Valdevez)

A coligação PSD/CDS-PP ganhou com maioria absoluta as eleições intercalares para a Câmara Municipal de S. João da Madeira, pelo que Ricardo Oliveira Figueiredo voltará a ocupar a presidência da autarquia, após a renúncia em Outubro de 2015. Nas autárquicas de 2013, o PSD também vencera as eleições, mas elegera apenas três elementos para o executivo, pelo que governou em minoria com três vereadores do PS e um do movimento independente "SJM Sempre" - do que resultou a alegada postura de "bloqueio" de que os sociais-democratas acusavam a oposição e com a qual justificaram a renúncia a funções. Agora, após uma reformulação na lista, os sociais-democratas conseguiram assegurar quatro dos sete lugares disponíveis na Câmara, o que, para Ricardo Oliveira Figueiredo, significa que "a cidade virou uma página e vai avançar em direcção ao futuro, como os sanjoanenses merecem e exigem".

O autarca defende que o que se estava a passar em S. João da Madeira era "uma situação anómala" e, reconhecendo que a decisão de "provocar eleições" foi a medida encontrada pelo PSD para a superar, anuncia que a prioridade do renovado executivo será "desbloquear os projectos que estavam bloqueados". Ricardo Oliveira Figueiredo explica que em causa estão assim "não só os 22 projectos" que foram chumbados na reunião de Câmara que antecedeu a renúncia, "mas também os outros que ficaram pelo caminho". Além de Ricardo Oliveira Figueiredo, o PSD - que reuniu 45.2% dos votos, num total de 5.239 votantes - elegeu também Miguel Oliveira e Dilma Nantes, que já integravam o seu anterior executivo, e ainda Paulo Cavaleiro, ex-vereador em diferentes mandatos de Castro Almeida (entre 2001-2013). O PS, por sua vez, obteve 37.3% dos votos (4.322), mantendo assim os três vereadores que garantira em 2013: Luís Miguel Ferreira, Manuel Silva Oliveira e Teresa Correia.



Num universo global de 20.333 eleitores registados, os votantes foram 11.584, o que representa 57% do eleitorado de S. João da Madeira - entre os quais 1,8% optaram pelo voto em branco (210 boletins) e 1,3%

deixaram nas urnas 152 impressos depois anulados. A abstenção registada foi assim de 43%, pelo que 18.479 eleitores não compareceram nas urnas.

Por sua vez, a lista do PSD liderada por Ricardo Coelho venceu também as eleições intercalares em Aguiã, concelho de Arcos de Valdevez, com 344 votos contra os 126 alcançados por Manuel Pinto do PS. De acordo com o presidente da mesa de voto, José Torcato Fernandes, dos 863 eleitores inscritos votaram 498 eleitores, tendo sido contabilizados 20 votos em branco e 8 nulos. Além de Ricardo Coelho foi eleito como secretário Adriano Pereira, tesoureiro Jorge Ferreira, e para a Assembleia de Freguesia, Helena Araújo. As eleições intercalares, que se realizaram dia 24, e a que concorreram aquelas duas listas, foram marcadas em Outubro de 2015 face a um impasse de mais dois anos em que a freguesia se encontrava em "gestão corrente", por falta de executivo autárquico. Uma situação motivada pela "renúncia ao mandato da totalidade dos membros efectivos e suplentes candidatos pela lista mais votada à Assembleia de Freguesia da Aguiã". "Ficou esgotada a possibilidade de substituição do presidente da Junta de Freguesia prevista no artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro", lê-se no despacho do ministro da Administração Interna, datado de Outubro de 2015.

O Partido Social Democrata manifestou a satisfação pelos dois resultados obtidos. O secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, endereçou as suas maiores felicitações pela maioria conseguida pelo social-democrata Ricardo Figueiredo (S. João da Madeira) e na freguesia de Aguiã (Arcos de Valdevez, liderado) por Ricardo Coelho. José Matos Rosa saudou ainda a tranquilidade democrática que marcou os processos eleitorais realizados.

Governo teve "momento falhado" na apresentação do Orçamento



O Governo protagonizou um "momento falhado" de apresentação do Orçamento do Estado, que "revela atrapalhação" e "inspira pouca confiança". Esta foi a posição do PSD em relação ao esboço do Orçamento do Estado para 2016. "Este foi um momento falhado da parte do Governo. É mais um adiamento na conclusão do Orçamento do Estado. Revela atrapalhação no processo orçamental e inspira pouca confiança. Confiança, pelo contrário, é o que Portugal recuperou nos anos anteriores e é o que Portugal precisa de retomar depressa", afirmou Leitão Amaro, numa declaração no Parlamento, dia 21.

O Governo aprovou o esboço de Orçamento do Estado para 2016, que inclui uma previsão de défice de 2,6% do PIB para este ano, menos 0,2 pontos percentuais do que o previsto no programa do executivo, tendo o ministro das Finanças, Mário Centeno, recusado avançar mais informações, que remeteu para uma conferência de imprensa a realizar na sexta-feira, depois de entregar o documento no Parlamento.

Apesar de reservar para depois do conhecimento do documento uma reacção mais desenvolvida, Leitão Amaro considerou que "há qualquer coisa de estranho nestes números apresentados". "Repare-se que esta redução de défice que é apresentada, e que ainda assim nos parece insuficiente, acontece com medidas que são conhecidas de aumento da despesa e redução da receita. Como é que isso é possível? É mais um factor de estranheza", questionou o deputado social-democrata.

Leitão Amaro começou por dizer que "estava marcada uma conferência de imprensa" por parte do Governo e o que aconteceu foi "um ato falhado, pouca informação, nenhuns detalhes". "Isso não é um problema em si, é um problema porque revela atrapalhação", declarou, insistindo sempre na ideia de que não é uma atitude que inspire confiança e que o Governo do PS apoiado pela maioria de esquerda no parlamento tem colocado em causa a confiança interna mas também a "confiança externa de Portugal", o que "é decisivo" para o investimento e criação de emprego.

Governo procura “conquistar votos com medidas simpáticas”



Marco António Costa acusa o governo de António Costa de estar a “tentar conquistar votos com medidas simpáticas”, para enfrentar uma eventual ruptura da coligação de esquerda. “Estes são os sinais de um governo que se está a preparar para eleições. É um governo que está apressadamente, de uma forma muito preocupada, a tentar conquistar votos com medidas simpáticas para, porventura, se preparar para a eventualidade daquela coligação de partidos de esquerda se esboroar e deixar de haver o apoio parlamentar que torna possível a presença e a vivência deste governo”, afirmou o vice-presidente do PSD, durante a cerimónia de tomada de posse dos novos órgãos concelhios de Vila Nova de Gaia, segunda-feira.

O vice-presidente do PSD assinalou que depois das eleições de domingo é tempo de “olhar com algum sentido de preocupação para o que aí vem”. As medidas como a reposição de 35 horas, o aumento do salário mínimo, entre outras,

servem para deixar “as pessoas com a boca adocicada” para eleições e recordou que o país “já viveu esta história em 2009 e 2010”, antes das eleições. “Nós já vimos este filme. Temos uma certa percepção de que estamos a passar por qualquer coisa similar”, realçou Marco António Costa, para quem “essas boas notícias estão a ser dadas não pensando nas consequências do futuro”.

Marco António Costa acredita que “algo de errado se está a passar” nas contas do Orçamento de Estado apresentado, pelo que é necessário explicar aos portugueses “o que está a em causa” e as consequências das decisões que estão a ser tomadas pela “obsessão populista eleitoral” do governo. “O que temos encontrado neste governo é a precipitação, é a vontade de querer agradar a todos e o sentimento de que governa mais para algumas forças de pressão social e política, como é a intersindical, quando toma decisões que afectam o interesse de toda a comunidade, nomeadamente

quando tem a ver com matérias como os transportes públicos”, destacou.

Marco António Costa registou ainda que o PSD obteve Domingo “uma alegria” com a vitória à primeira volta de Marcelo Rebelo de Sousa nas eleições presidenciais. “Tivemos ontem uma alegria. À primeira volta, venceu o candidato em quem nós recomendamos o voto”. O vice-presidente do PSD lembrou como a recomendação foi feita “de uma forma discreta, por respeito àquela que era a própria vontade do candidato de se afirmar como um cidadão livre, livre dos partidos (...), um homem sem amarras partidárias”.

Para Marco António Costa, Marcelo Rebelo de Sousa “executará, sem dúvida nenhuma, uma missão como mais alto dignitário” do estado Português, enquanto “um homem de mãos livres, ao serviço do seu povo todo, sem excepção, e com um único objectivo que é salvaguardar e preservar o interesse nacional”.



Conselho de Finanças Públicas alerta para previsões macroeconómicas “pouco prudentes” do Orçamento do Estado

O Conselho das Finanças Públicas (CFP) alertou para os “riscos relevantes” e previsões “pouco prudentes” do Projecto de Plano Orçamental para 2016 (PPO/2016), já que dependem de hipóteses cuja concretização não está assegurada. “As previsões incluídas no PPO/2016 dependem crucialmente de hipóteses cuja concretização não está assegurada, em particular no que respeita ao crescimento da procura externa e à evolução dos preços”, destaca o parecer do CFP, divulgado em 22 de Janeiro, no mesmo dia em que o Governo apresentou o documento.

O CFP considera que os riscos mais relevantes estão associados à evolução dos preços e o seu impacto imediato na competitividade da economia, crescimento do PIB e emprego, mas aconselha também “prudência” quanto ao crescimento da procura externa, atendendo à evolução recente em mercados importantes para as exportações portuguesas, principalmente Angola, Brasil e China. “O Ministério das Finanças assume a aceleração da procura externa em 2016, de 3,9% para 4,3%, o que não parece ter em conta os mais recentes sinais de abrandamento de parceiros económicos relevantes”,



nota o CFP, sublinhando que “os riscos decorrentes de previsões que se revelem optimistas são especialmente significativos num contexto de forte incerteza quanto à evolução da economia mundial e de elevado endividamento da economia portuguesa”.

Por outro lado, embora não considere “implausíveis estatisticamente no curto prazo, as previsões quanto ao comportamento dos preços, do investimento e do

comércio externo em 2016”, o CFP defende que são “pouco prudentes”.

Segundo o parecer deste órgão consultivo independente, “a previsão de aumento dos preços em consequência da pressão da procura interna decorrente do aumento do rendimento disponível não se afigura suficientemente plausível e suscita problemas quanto ao desempenho da economia e da política orçamental”.

O CFP argumenta que o impacto negativo da subida de preços internos é muito rápido no comércio externo e nas perspectivas de investimento, enquanto as medidas destinadas a aumentar a competitividade da economia estão ainda por definir e levam tempo a implementar e a produzir efeitos.

Segundo o esboço de Orçamento do Estado para este ano, entregue sexta-feira, na Assembleia da República, o Governo pretende alterar já em 2016 os impostos do selo, sobre os produtos petrolíferos e sobre o tabaco, medidas com que espera receitas equivalentes a 0,21% do PIB.

PSD defende actualização de pensões mais baixas

O PSD anunciou a apresentação de um projecto de lei para indexar o aumento das pensões mínimas, sociais e rurais à inflação do ano do aumento, para evitar perda do poder de compra dos pensionistas mais pobres. “Nós queremos pensões a aumentar em conformidade com o aumento da inflação, garantindo o poder de compra para este milhão e 100 mil pensionistas e não em função de uma inflação do passado, que muitas vezes leva a esta iniquidade, que é uma iniquidade em que o aumento do poder de compra não se verifica por parte destes pensionistas”, argumentou o deputado Adão Silva.

Em declarações aos jornalistas no Parlamento, Adão Silva referiu que o Governo do PS “começa muito mal” ao “aumentar apenas 0,4% estas pensões, de um milhão de pensionistas mais pobres e mais carenciados, quando a inflação prevista em vários documentos, incluindo os do PS, é acima, bastante acima de 0,4%”. “Lembro que há uma previsão de 1,5% e até num documento do PS de Abril passado e uma outra previsão de 1,1%. Os pensionistas vão perder rendimento. Lembra-nos 2010 quando o Governo do PS congelou indiscriminadamente todas as pensões, incluindo deste milhão de pensionistas mais pobres”, sustentou.

O deputado afirmou que o grupo parlamentar social-democrata vai apresentar um projecto de lei para “alterar o quadro e o esquema de aumento das pensões para este cerca de milhão e 100 mil pensionistas mais pobres”, ligando-o “à inflação prevista para o ano em que se aumentam as pensões e não como o PS esta afazer em relação à inflação do ano anterior”.

“Destá maneira garantem-se que as pensões terão o poder de compra assegurado, até porque se houver variações imprevisíveis de inflação haverá correcções para cima do que é o valor do aumento da pensão”, declarou.



PSD de Torres Vedras quer inspecção à Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira

O PSD de Torres Vedras anunciou que pediu à Inspeção-Geral de Finanças e ao Governo um inquérito para apurar alegadas irregularidades na Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira relacionadas com a acumulação de funções pela presidente. Na denúncia enviada à Inspeção-Geral de Finanças e aos secretários de Estado do Orçamento e das Autarquias Locais, os sociais-democratas explicam que a presidente da Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira, Cristina Abreu (PS), exerce o cargo a tempo inteiro, auferindo a remuneração pela totalidade, mas recebe também outro valor. A outra remuneração é recebida por acumular a função de presidente da Associação de Melhoramentos de A-dos-Cunhados (AMA), o que, segundo o PSD, é incompatível com o Estatuto dos Eleitos Locais. “Quem recebe ordenado em exclusividade não pode, naturalmente, receber remuneração adicional”, referem os sociais-democratas em nota de imprensa.

O PSD denunciou também o facto de a remuneração da AMA “tanto ser paga pela AMA, como pela Junta de Freguesia, em nome daquela”, o que viola, mais uma vez, o Estatuto dos Eleitos Locais e constitui matéria “passível de averiguação”.

Os sociais-democratas repudiam “a circunstância desta situação de remuneração em acumulação resultar de um acordo com a Câmara Municipal”, que foi liderada entre 2004 e Dezembro de 2015 pelo socialista Carlos Miguel, actual secretário de Estado das Autarquias Locais, e, desde Dezembro último, pelo também socialista Carlos Bernardes.

O PSD cita a acta da assembleia de freguesia de Abril de 2015, na qual a autarca, em resposta a um membro da assembleia, afirma ter um salário de cerca de 2.400 euros, “repartido” entre a AMA, da qual recebe 900 euros, e a junta de freguesia, donde auferir cerca de 1.400 euros.

Na ocasião, Cristina Abreu disse que o salário foi “acordado com a Câmara Municipal quando foi convidada para exercer aquele cargo”, como refere a ata, a que a Lusa teve acesso. Os sociais-democratas questionam, por isso, “se o PS de Torres



Vedras, através da Câmara Municipal, quando convida os seus candidatos a autarcas utiliza recursos públicos para os convencer” e se os “usa para proveito particular do seu projecto partidário”.

PSD quer saber se foram cumpridas regras de descargas no Mondego



Dois vereadores do PSD de Coimbra exigem a criação de uma comissão de inquérito independente para avaliar a gestão da barragem da Aguieira e um painel de peritos a nível local para analisar a actuação da protecção civil de Coimbra. Face às várias interrogações em torno do apuramento das responsabilidades das cheias que ocorreram em Coimbra no dia 11, dois vereadores do PSD reivindicaram a constituição de uma comissão de inquérito, de âmbito nacional, “independente e cientificamente apetrechada”, para avaliar a gestão da Barragem de Aguieira (da qual é concessionária a EDP) e a origem das descargas “anormais” nesse mesmo dia.

Para além disso, o PSD quer ainda que seja escolhido “um painel de peritos independentes”, a nível local, que avalie “a actuação do Sistema Municipal de Protecção Civil de Coimbra”, a 11 de Janeiro, “visando averiguar se foi, de facto, feito o que era possível para minimizar os efeitos da cheia”, lê-se no comunicado divulgado hoje na conferência de imprensa.

O vereador e presidente da concelhia do PSD de Coimbra, Paulo Leitão, afirmou que, após o contacto com comerciantes, população e responsáveis de algumas instituições e estruturas afectadas pelas cheias, fica a dúvida sobre se “existe ou não” uma gestão incorrecta da barragem da Aguieira, bem como se o Sistema Municipal Protecção Civil de Coimbra funcionou.

Paulo Leitão exigiu ainda a presença de membros do Governo em Coimbra para fazerem um “levantamento dos prejuízos” e analisarem as possibilidades de apoio às pessoas e entidades afectadas. “Não conseguimos saber de quem é a culpa”, sublinhou o vereador social-democrata Barbosa de Melo, referindo que até pode haver culpa da EDP, mas que também é necessário perceber se as autoridades locais fizeram tudo o que estava ao seu alcance para minimizar os danos.

Esta necessidade de avaliar a forma como as entidades actuaram é importante para, “sobretudo, fazer com que não volte a acontecer”, afirmou o vereador e antigo presidente da Câmara de Coimbra, que falava durante a conferência de imprensa, que se realizou hoje no Parque Verde, um dos espaços mais afectados pelas cheias.

O PSD quer saber se foram cumpridos os planos de gestão de descargas da barragem da Aguieira, período em que se registaram inundações em Coimbra e outras áreas do Baixo Mondego. Se esses planos foram respeitados, “importa de imediato esclarecer a razão” pela qual “foram efectuadas descargas [de água] que causaram avultados prejuízos nos concelhos de Penacova, Coimbra, Montemor-o-Velho, Soure e Figueira da Foz”, sustentam os sociais-democratas.

Numa pergunta dirigida ao Governo, através do Ministério do Ambiente, entregue dia 15 de Janeiro, na Assembleia da República, um grupo de seis deputados sociais-democratas recorda que “a barragem da Aguieira, na Bacia Hidrográfica do Mondego, para além de garantir o abastecimento de água à região de Coimbra”, se destina “também a regularizar o caudal em momentos de grande pluviosidade”. Mas “as inundações ocorridas durante esta semana” faz com que os autores do requerimento, cujo primeiro subscritor é Maurício Marques, concluam que “este último objectivo” da albufeira “não foi cumprido”.

Os deputados do PSD questionam, por isso, se “foram acauteladas as condições de segurança de bens e populações ribeirinhas” e de que forma foram concretizados “os meios de protecção civil inerentes a esta matéria”. Além disso, o PSD quer saber também se o Ministério do Ambiente está em “condições de assegurar medidas de prevenção que evitem, no futuro, este tipo de situações”.

Carta regional de obras públicas é “propaganda” do governo socialista



O PSD/Açores considera que a Carta Regional de Obras Públicas (CROP) “não passa de um ‘flop’ do governo socialista”, apelidando o documento como “propaganda pura, que se resume a uma mera gestão de expectativas”, criticou o deputado Cláudio Lopes. O social-democrata acusou o secretário Regional dos

Transportes e Turismo “de não responder à Comissão de Política Geral, que pediu os resultados efectivos da CROP, em Outubro do ano passado. Possivelmente porque não tem elementos nem números para divulgar”.

Cláudio Lopes recordou que, “em Maio de 2012, o governo acenou com uma bandeira para salvar o sector

da Construção Civil, chamada CROP. E foi Vasco Cordeiro, ainda como secretário Regional da Economia quem fez o anúncio”.

“A verdade é que só oito meses depois do mesmo Vasco Cordeiro tomar posse como Presidente do Governo Regional, em Junho de 2013, a CROP teve uma primeira versão. Com o Governo Regional a anunciar que anteciparia 50 empreitadas, investindo 84 milhões de euros no sector, até ao final desse ano”, lembrou.

“Mas a realidade tem sido bem diferente e, ao que conseguimos apurar, em Outubro de 2015, apenas 7,8 milhões de euros estavam executados ao abrigo da CROP, ou seja apenas 9% do que foi prometido. É muito pouco”, apontou Cláudio Lopes.

O deputado recordou os números que orientavam o documento: “a primeira versão da CROP avançava com 620 milhões de euros, para investir em 4 anos. Mais de um ano depois, retirados os 60 milhões da obra do cais de cruzeiros de Angra, os valores baixaram para 570 e já era 2020 o horizonte da CROP”. “Ou seja, a CROP refugia-se num discurso recorrente, considerando que o início dos procedimentos de uma obra já são execução, e os seus valores e resultados, que o Governo Regional ainda não forneceu, afiguram-se como vergonhosos”, acusa Cláudio Lopes.

O social-democrata acrescenta que “a constatação de todos estes factos são um verdadeiro insulto para os açorianos que foram despedidos em virtude da crise instalada na construção civil. E demonstra bem o cansaço e a falta de soluções deste regime socialista de 20 anos”, concluiu.

PS continua a faltar à promessa da nova escola na Povoação

O PSD/Açores acusa o PS e o governo regional “de adiarem o futuro do concelho da Povoação, não cumprindo a promessa, feita em 2012, de uma nova Escola Básica e Secundária para aquele concelho. Na actual escola, a falta de condições não encontra paralelo em qualquer outro estabelecimento de ensino dos Açores, e o PS não quer que se avance com uma nova escola até 2020”, disse o deputado Joaquim Machado.

O social-democrata citou uma recomendação, “aprovada por unanimidade em maio de 2009, para que a nova Carta Escolar contemplasse a construção de uma Escola na Povoação”, frisando que “as razões apontadas eram as instalações desadequadas e que, há sete anos, já não ofereciam boas condições de trabalho”, adiantou. “Aliás, a melhor descrição das instalações foi mesmo feita por uma senhora deputada do PS, em 2009, relatando espaços exíguos, com má circulação de ar, ou a dificuldade de elaboração dos próprios horários em virtude de haver aulas simultâneas num mesmo espaço”, acrescentou Joaquim Machado.

“Há sete anos era assim, e tudo se complicou com a degradação das instalações e dos equipamentos, tendo crescido as exigências para aquele estabelecimento de ensino, até porque a escolaridade obrigatória foi alargada de 9 para 12 anos”, alertou.

Joaquim Machado lembrou que “em causa está o desejo antigo dos povoacenses de disporem de instalações seguras e propícias a um ensino de qualidade que lhes é devido. E esse é um direito inquestionável”.

O deputado recordou ainda que, “em Março de 2012, ano de eleições regionais, o PS emitiu um comunicado onde se lia que o concelho da Povoação precisa de uma escola, e vai tê-la com o PS. Foi mais uma mentira e foi mais uma falsa promessa feita aos povoacenses”, criticou.

“O chumbo do PS à recomendação para que se desencadeasse urgentemente o processo de construção de raiz de novas instalações para a Escola Básica e Secundária da Povoação não é uma perda para o PSD/Açores, significa sim uma perda para toda aquela comunidade escolar”, lamentou Joaquim Machado.

“Porque esse é o desejo dos alunos, dos pais e dos encarregados de educação, enfim, de toda a comunidade educativa da Povoação, de Nossa Senhora dos Remédios, do Faial da Terra e de Água Retorta, Furnas e Ribeira Quente, que têm o direito a uma educação condigna”, defendeu.

Durante o debate, Joaquim Machado acusou o secretário Regional da Educação e Cultura de ser “descuidado e de reincidir em críticas avulsas, impróprias, injustas e intempestivas neste Parlamento”. “Já o tinha sido há algum tempo, na ausência dos deputados, e frente a alunos que aqui vieram para aprender sobre política. Esse seu tom doutoral e essa superioridade moral não o torna mais sério nem mais credível do que ninguém”, referiu.





Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

CAVACO SILVA NO FUNDETEC

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONSTITUI PRIORIDADE DE ACÇÃO DO GOVERNO

O Prof. Cavaco Silva presidiu na passada segunda-feira à entrega de diplomas aos alunos melhores classificados nos cursos de formação profissional promovidos em 1986 pelo FUNDETEC, Fundo para o Desenvolvimento do Ensino da Engenharia da Tecnologia Electrotécnica e dos Computadores.

Na oportunidade, o Prof. Cavaco Silva produziu a seguinte intervenção:

O Governo tem vindo a trabalhar intensamente para a recuperação do atraso de Portugal em relação aos padrões dos países das comunidades, para a promoção da Justiça Social e para o progresso económico e social harmonioso do País, para a redução das

assimetrias regionais no seu desenvolvimento. Sabemos que a concretização destes objectivos exige um grande esforço, quer do Estado, Universidades e Escolas Superiores, quer das empresas, na investigação e inovação tecnológica e impõem o aproveitamento in-

tegral e eficiente dos programas comunitários de desenvolvimento e formação profissional.

A cooperação entre as actividades económicas e o sistema de ensino, com vista a melhor satisfazer as exigências profissionais concretas e dar resposta aos desafios do progresso técnico, embora seja já uma realidade visível entre

nós, deve ser reforçado no futuro, dado o seu contributo decisivo para a modernização tecnológica e valorização dos recursos humanos dos Países. As iniciativas neste domínio continuarão, pois, a merecer o apoio empenhado do Governo.

As empresas associadas no FUNDETEC devem ser felicitadas por terem com-

preendido bem a vantagem em conjugar esforços para desenvolver o ensino e a formação nos sectores da electrotecnia, electrónica e computadores e reduzir dependências externas no domínio das tecnologias avançadas.

O programa em curso de formação tecnológica avançada, financiado em 2,6 milhões de contos no âm-

bito do Fundo Social Europeu, é bem demonstrativo do contributo do FUNDETEC para a valorização dos recursos humanos nacionais.

Foi esse mesmo empenhamento que fez com que, em curto prazo, o FUNDETEC se afirmasse como um valioso instrumento de

Continua na página 3

• Ninguém de boa fé ousará contestar que o meu Governo fez mais pelos jovens do que qualquer outro depois do 25 de Abril

JOVENS BENEFICIAM DE SUBSÍDIO DE INSERÇÃO NA VIDA ACTIVA

O Governo, na reunião do passado dia 5, aprovou um Decreto-Lei que atribui aos jovens carenciados à procura de um primeiro emprego e que já tenham terminado com aproveitamento os seus estudos escolares ou profissionalizantes um subsídio de inserção na vida activa.

Tal subsídio, insere-se no conjunto de iniciativas que o Governo tem vindo a desenvolver no sentido de promover quer o emprego e a formação profissional dos jovens quer o apoio salarial à contratação de jovens por parte das empresas, quer ainda o lançamento por parte dos jovens de iniciativas empresariais destinadas à criação de próprio emprego.

Menos burocracia

A excessiva exigência de prova documental destinada à instrução de processos administrativos consti-

tuiu um dos factores conducentes a uma actuação lenta por parte da Administração, reflectindo-se, em perda de tempo por parte dos particulares que, para obterem determinados elementos destinados a integrar aqueles processos terão de esperar dias ou semanas pela passagem de certidões ou atestados que podem perfeitamente ser substituídos por outros meios de prova.

O Governo, prosseguindo na execução do seu plano de modernização da Administração Pública, decidiu adoptar mais uma medida de simplificação administrativa, permitindo a substituição da exigência do atestado de residência, para a instrução de quaisquer processos administrativos, pela simples apresentação do cartão de eleitor.

Tal medida aliviará a carga burocrática sobre os cidadãos, bem como sobre

as Juntas de Freguesia a quem até agora incumbia a tarefa de emitir os referidos atestados.

Beneficiado o Crédito Agrícola Mútuo

O crédito agrícola mútuo, que a prática tem demonstrado ser um instrumento imprescindível para o desenvolvimento e progresso das comunidades rurais, de há muito estava carenciado de um Fundo de Garantia.

Essa necessidade reconhecida pela própria FE-NACAM, Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, foi agora suprida pelo Governo que aprovou um diploma que cria o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo.

Este Fundo funcionará junto do Banco de Portugal e será financiado por

contribuições das Caixas Agrícolas Mútuas que a ele aderirem e do próprio Banco de Portugal.

A criação do Fundo, com vista à defesa do sistema do Crédito Agrícola Mútuo, permitirá garantir, de forma institucionalizada, todas as acções que se revelarem necessárias para assegurar a solvabilidade das Caixas que a ele vierem a aderir.

O novo Fundo funcionará com sede no Porto, o que se justifica pela distribuição geográfica das Caixas existentes e por preocupações de descentralização regional, com efeito, 66% das Caixas existentes situam-se a Norte do rio Tejo e dessas, mais de 60% a norte do Mondego.

Favorecer as Seguradoras

Foi ainda aprovado um

diploma que cria incentivos fiscais à cisão e transformação estrutural de seguradoras.

A cisão das seguradoras permitir-lhes-á a exploração separada dos seguros dos ramos não vida e dos seguros de vida.

Tal cisão é desejável na medida em que, no momento presente, nenhuma seguradora, sediada em Portugal pode, nos países da Comunidade, exercer a exploração do ramo vida, dada a inexistência de companhias portuguesas especializadas neste ramo.

Impõe-se, assim, facilitar tanto quanto possível a cisão de seguradoras multi-ramos de forma a que o mercado comunitário possa ser trabalhado por seguradoras portuguesas com as inerentes vantagens que daí podem resultar para a nossa economia.

Também se procura estimular a transformação de

actuais sociedades mútuas de seguros em sociedades anónimas, de forma a que possam alargar o seu âmbito de actuação.

Isenção de imposto de mais-valias

O Governo, com o objectivo de incentivar o reforço da estrutura financeira das empresas e de lhes propiciar a apresentação de balanços mais consentâneos com a realidade, decidiu manter durante 1987 a isenção de imposto de mais-valias, relativamente aos ganhos realizados através do aumento de capital das sociedades por incorporação de reservas incluindo os de reavaliação.

O Governo decidiu permitir às sociedades por quotas a emissão de obrigações estabelecendo as condições a que deve obedecer a referida emissão.

CONVOCATÓRIAS DO PSD**Recepção**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**ABRANTES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Abrantes, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 06 de Fevereiro de 2016 (sábado), pelas 21h00, na sede da secção, sita na Rua de S. Pedro, nº 22 - 1º A, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

1 - Informações

2 - Análise da situação política

ALCOCHETE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alcochete, para reunir no próximo dia 04 de Fevereiro de 2016, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua do Paço, nº 8, com a seguinte

Ordem de trabalho

1 - Informações

2 - Apresentação, discussão e aprovação das contas referentes a 2015

3 - Outros assuntos de interesse

ALIJÓ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alijó, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Rua Cimo da Vila, Lote 5, Loja esquerda, com a seguinte

Ordem de trabalho

Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção - Comissão Política e Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede estará aberta para o efeito das 22h00 às 24h00.

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

AMARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Amares, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Rua Francisco Bernardo Sousa Monteiro, nº 36 - Ferreiros, com a seguinte

Ordem de trabalho

1 - Eleição da Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

BENAVENTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Benavente, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Praça Dr. Anselmo Xavier, nº

13 - 1º, com a seguinte

Ordem de trabalho

Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção - Comissão Política e Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

BOMBARRAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Bombarral, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Rua Manuel Lima Souto, 10 r/c dtº., com a seguinte

Ordem de trabalho

1 - Eleição da Comissão Política de Secção

2 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

BRAGANÇA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento do PSD, convocam-se todos os militantes dotados de capacidade eleitoral activa para os Órgãos Distritais, conforme a respectiva Secção de inscrição para, reunirem em Assembleia, no próximo dia 05 de Março de 2016 (Sábado), pelas 14h00, em todas as sedes das Secções do Distrito de Bragança, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Órgãos Distritais do PSD de Bragança

1 - Mesa da Assembleia Distrital;

2 - Comissão Política Permanente Distrital

3 - Conselho de Jurisdição Distrital

4 - Comissão Distrital de Auditoria Financeira

5 - Delegados de Secção à Assembleia Distrital

LOCAL DE VOTAÇÃO

Alfândega da Fé - Rua Camilo de Mendonça nº 103 r/c-1.

Bragança.- Praça da Sé nº 16-1º

Carrzeda de Ansiães - Rua Luís de Camões,823 -2º Frente

Freixo de Espada À Cinta - Rua de S .Francisco nº3

Macedo de Cavaleiros - Rua Clara Vaz nº1 -2º Esq.

Miranda do Douro - Rua da Trindade s/n Edifício

Patrícios

Mirandela - Avenida 25 de Abril, nº 273 Sub - loja Esq

Mogadouro - Largo Trindade Coelho s/n

Vila Flor - Rua da Fonte Romana nº 14

Torre de Moncorvo - Largo General Claudino nº 21 -1º

Vimioso - Bairro S. Sebastião s/n

Vinhais.- Rua Dentro da Vila nº 2

Notas:

-As listas candidatas para a Mesa da Assembleia Distrital, Comissão Política Permanente Distrital, Conselho de Jurisdição Distrital e Comissão Distrital de Auditoria Financeira deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital, sita na Praça da Sé, 16.

- As listas candidatas para Delegados de Secção à Assembleia Distrital deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede da Secção respectiva;

- A eleição decorrerá em todas as sedes das 14h00 às 20h00.

CADAVAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Cadaval, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00,

na sede, sita na Rua D. Fernando nº 12, com a seguinte

Ordem de trabalho

1 - Eleição da Comissão Política de Secção

2 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

CALDAS DA RAINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Caldas da Rainha, para reunir no próximo dia 27 de Fevereiro de 2016, (sábado) pelas 21h00, na sede, sita na Praça 5 de Outubro, nº 18 r/c Dtº, com a seguinte

Ordem de trabalho

1 - Discussão e aprovação do relatório de contas referentes ao ano de 2015

2 - Outros assuntos de interesse

CALDAS DA RAINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Caldas da Rainha, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Praça 5 de Outubro, nº 18 r/c Dtº, com a seguinte

Ordem de trabalho

1 - Eleição dos órgãos de Secção

Comissão Política de Secção

Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

CONDEIXA-A-NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Condeixa-a-Nova, para reunir no próximo dia 04 de Fevereiro de 2016, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua do Paço, nº 8, com a seguinte

Ordem de trabalho

1 - Informações

2 - Apresentação, discussão e aprovação das contas referentes a 2015

3 - Outros assuntos de interesse

FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Fafe, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Praça 25 de Abril, com a seguinte

Ordem de trabalho

1 - Eleição da Comissão Política de Secção

2 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Figueira de Castelo Rodrigo, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, na Casa do Povo, sita na Av. Heróis de Castelo Rodrigo, com a seguinte

Ordem de trabalho

1 - Eleição dos órgãos de Secção

Comissão Política de Secção

Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

FORNOS DE ALGODRES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Fornos de Algodres, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede sita na Rua espírito Santo, nº 2 r/c Dtº, com a seguinte

Ordem de trabalho

1 – Eleição dos órgãos de Secção

Comissão Política de Secção

Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

GOIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Góis, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Rua Irmãos Bandeira, nº 3, com a seguinte

Ordem de trabalho

1 – Eleição dos órgãos de Secção

Comissão Política de Secção

Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede distrital, sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo, 16 – Coimbra, ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

LOUSÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Lousã, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, no Auditório da Biblioteca Municipal da Lousã, sita na Av. Coelho da Gama, com a seguinte

Ordem de trabalho

1 – Eleição dos órgãos de Secção

Comissão Política de Secção

Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede distrital, sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo, 16 – Coimbra, ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

MIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mira, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita nas Galerias de Mira – Av. 25 de Abril, com a seguinte

Ordem de trabalho

1 – Eleição da Comissão Política de Secção

2 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

MIRANDA DO CORVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Miranda do Corvo, para

reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Rua Belisário Pimenta, Lote 1 – 1º Dtº, com a seguinte

Ordem de trabalho

1 – Eleição da Comissão Política de Secção

2 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

MONTEMOR – O - VELHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Montemor – o - Velho, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Rua Dr. José Galvão, com a seguinte

Ordem de trabalho

Ponto único – Eleição dos órgãos da Secção- Comissão Política e Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

MOURA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Moura, para reunir, em sessão extraordinária no próximo dia 27 de Fevereiro de 2016, pelas 17h00, na sala 01 do Hotel de Moura, com a seguinte Ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou quem estatutariamente o possa substituir até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 17h00 às 20h00 horas.

OLIVEIRA DE AZEMEIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Oliveira de Azeméis, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Rua Soares Basto, 150 - B, com a seguinte

Ordem de trabalho

Ponto único – Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

PALMELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Palmela, para reunir no próximo dia 10 de Fevereiro de 2016, (quarta-feira) pelas 21h00, na sede de Setúbal, sita na Rua Rodrigues de Freitas, nº 23 – 1º Esq. - Setúbal, com a seguinte

Ordem de trabalho

1 – Informações

2.- Aprovação das contas

3 – Análise da situação política

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paredes, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na rua 1º de Dezembro, 45, com a seguinte

Ordem de trabalho

Ponto único – Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Portalegre, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, na Rua Combatentes da Grande Guerra, 17, com a seguinte

Ordem de trabalho

1 – Eleição da Comissão Política de Secção

2 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues na Sede Distrital, ao Presidente da Mesa da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Porto, para reunir no próximo dia 04 de Fevereiro de 2016 (quinta- feira), pelas 21H30, no Auditório Horácio Marçal – Junta de Freguesia de Paranhos, sito na Rua Álvaro Castelões, 811, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Informações

2 - Análise da situação política

SANTA COMBA DÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santa Comba Dão, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Rua Gago Coutinho, nº 12, com a seguinte

Ordem de trabalho

1 – Eleição da Comissão Política de Secção

2 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

SANTIAGO DO CACÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santiago do Cacém, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita no Largo Almeida Garrett, nº1, com a seguinte

Ordem de trabalho

1 – Eleição dos órgãos de Secção

Comissão Política de Secção

Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- A sede encontra-se aberta, para o efeito, de 2ª a 6ªfeira das 15h00 às 17h00

As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

SANTO TIRSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santo Tirso, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita no Largo Coronel Baptista Coelho, nº 21, com a seguinte

Ordem de trabalho

- 1 – Eleição dos órgãos de Secção
- Comissão Política de Secção
- Mesa da Assembleia de Secção
- Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. Nesse dia a Secção estará aberta das 16h00 às 20h00 no dia 1, e das 16h00 às 24h00 do dia 2. O telemóvel do Presidente é 969056467.
- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Seixal, para reunir no próximo dia 08 de Fevereiro de 2016 (segunda-feira), pelas 21h00, na sede da secção, sita na Rua do M. F. A., nº 11,- Amora, com a seguinte,
Ordem de Trabalhos
1 - Informações
2.- Aprovação do relatório e contas de 2015
3.- Análise da situação política - partidária.

SESIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sesimbra, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Rua da República, 20 – 1º Esq., com a seguinte
Ordem de trabalho
Ponto único – Eleição da Comissão Política de Secção e Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
Nota
- As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral
- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

SOURE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Soure, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, no Auditório da Biblioteca Municipal de Soure, com a seguinte
Ordem de trabalho
1 – Eleição da Comissão Política de Secção
2 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
Nota
- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

TORRE DE MONCORVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torre de Moncorvo, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede, com a seguinte
Ordem de trabalho
1 – Eleição da Comissão Política de Secção e Mesa da Assembleia de Secção
Nota
- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral
- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

VALE DE CAMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vale de Cambra, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Av. Camilo Tavares de Matos, nº

352 – 1º, com a seguinte

- Ordem de trabalho
- 1 – Eleição dos órgãos de Secção
- Comissão Política de Secção
- Mesa da Assembleia de Secção
- Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Valongo, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 880 – Ermesinde, com a seguinte
Ordem de trabalho
Ponto único – Eleição da Comissão Política de Secção
Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
Nota
- As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 06 de Fevereiro de 2016, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede sita na Rua Adriano Pinto Basto, 212 – sala 14, com a seguinte
Ordem de trabalho
1 – Apreciação e votação do relatório e contas de 2015
2 – Análise da situação política partidária

VILA NOVA DE PAIVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Paiva, para reunir, no próximo dia 05 de Março de 2016 (sábado), pelas 18h00, na sede da Junta de Freguesia, sita na Rua Cónego Manuel Fonseca da Gama, com a seguinte,
Ordem de Trabalhos
1 – Apresentação e aprovação das contas do ano de 2015
2 – Discussão e aprovação do plano e orçamento para o ano de 2016
3 – Análise da situação político-partidária

VILA NOVA DE POIARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Poiares, para reunir no próximo dia 05 de Março de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Av. Manuel Carvalho Coelho, edifício mncarvalho, B – 1º Esq., com a seguinte
Ordem de trabalho
1 – Eleição dos órgãos de Secção
Comissão Política de Secção
Mesa da Assembleia de Secção
Nota
- As listas candidatas devem ser entregues, na sede distrital, sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo, 16 – Coimbra, ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, de até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00



CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA AM

Nos termos dos Estatutos da JSD e Regulamento dos Conselhos Regionais, convoca-se o Conselho Regional da JSD Lisboa AM, para reunir no próximo dia 11 de Fevereiro, pelas 21h, na sede Distrital do PSD, Praça São João Bosco 3-B, Lisboa 1350-295 LISBOA, com a seguinte ordem de trabalho:

- Ponto 1 – Informações;
- Ponto 2 - Análise da situação política;
- Ponto 3 - Outros Assuntos.

CONSELHO DISTRITAL LISBOA AO

Nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, venho por este meio convocar o Conselho Distrital da JSD Lisboa Área Oeste para o próximo dia 13 de Fevereiro de 2016, sábado, pelas 18:30h na sede Distrital da JSD Lisboa Área Oeste, sita, Rua 9 de Abril, Nº1, 3º Dto, 2560-301 Torres Vedras, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Expediente e esclarecimentos;
- 2 – Discussão do pedido de convocação do Congresso da JSD Lisboa Área Oeste pela Comissão Política Distrital;
- 3 – Apresentação, discussão e votação do Regulamento e cronograma do III Congresso Distrital da JSD Lisboa Área Oeste;
- 4 – Outros assuntos.

OLIVEIRA DO BAIRRO

Nos termos dos Estatutos e Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Oliveira do Bairro para reunir no dia 27 de Fevereiro de 2016 pelas 15horas na sede Concelhia do PSD, sita Rua do Foral, 168 1º, 3770 Oliveira do Bairro, com a seguinte ordem de trabalho:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário para o biénio 2016-2018.

Notas:
O acto eleitoral ocorrerá das 15h00m às 17 horas do dia indicado, dia 27 de Fevereiro de 2016.

As listas concorrentes deverão ser entregues em duplicado na referida sede, que para o efeito se encontrará aberta, ao respetivo Presidente de Mesa do Plenário Concelhio ou a quem o possa substituir, até as 23h59 do 3º dia anterior ao ato eleitoral.

POR LAPSO ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD da Concelhia de Vila Nova de Famalicão, para reunir no dia 20 de Fevereiro de 2016, pelas 18 horas, na Sede do PSD/ Vila Nova de Famalicão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia.

Nota:
As urnas estarão abertas entre as 18h00m e as 20 horas.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.